

Exigida explicação sobre compulsórios

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Ontem mesmo, o líder da bancada de deputados do PDS, Amaral Neto (RJ), encaminhou um primeiro requerimento de informações ao presidente Sarney, para saber como ficará a questão do salário mínimo, a quanto montam os recursos dos "compulsórios" e notando que a razão destes deixou de existir com o "descongelamento".

A grande maioria das bancadas do próprio PMDB e do PFL concordaram em permitir que o presidente da Constituinte encaminhe ao presidente da República pedidos de informações oficiais formulados por parlamentares.

Depois de assinalar que o ministro Funaro, para justificar os "compulsórios" — que "atingiram duramente a classe média, alicerces do regime demo-

crático" — deu informações "falsas" ao presidente da República, disse que este agora, não pode deixar de fornecer a Ulysses as informações solicitadas, pois do contrário estará "desacatando a Câmara, o Senado e a Constituinte".

O deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB) apresentou na sessão de ontem da Assembléia proposta de Ato Constitucional colocando as Forças Armadas sob a autoridade do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, até a promulgação da nova Carta Constitucional.

Justifica o parlamentar, que até a promulgação da nova Constituição caberá às Forças Armadas garantir "não apenas os poderes constituídos mas, principalmente, o poder máximo que é o poder constituinte".